

Autora: Cecília Helena Godoy Rodrigues dos Santos

Título : A idéia de preservação dos legados do passado no Brasil : ferramentas de trabalho

Resumo

O estudo da origem e desenvolvimento da idéia de preservação dos legados do passado no âmbito de uma pesquisa para desenvolvimento de tese de doutorado no campo da preservação e do patrimônio no Brasil, nos conduziu à elaboração de um instrumento de trabalho que designamos por Cronologia Histórica. Esse texto pretende mostrar como a Cronologia passou de um instrumento de espacialização de dados de pesquisa cujo objetivo era somar e articular referências bibliográficas e informações sobre a idéia de preservação, acabou por se impor como fundamentação para o questionamento e elaboração de hipóteses e interpretações, acabando por motivar pesquisa a parte, e se tornando o próprio estado da questão.

Palavras-chave: Cronologia Histórica; preservação; patrimônio cultural

Abstract

The study of the origin and development of the idea of preserving the legacies of the past as part of a research for development of a doctoral thesis in the field of preservation and heritage in Brazil, led us to prepare a working tool we call the Historical Chronology. This text aims to show how the chronology went from an instrument of spatial data research whose goal was to articulate and add references and information about the idea of preservation, was to impose as grounds for questioning and elaboration of hypotheses and interpretations, ending for motivating the search party, and becoming the very state of the question.

Key-words: Historical Chronology ; preservation ; national heritage

A idéia de preservação dos legados do passado no Brasil: ferramentas de trabalho

O estudo da origem e desenvolvimento da idéia de preservação dos legados do passado no âmbito de pesquisa para desenvolvimento da minha tese de doutorado¹, dada a especificidade do tema e da abordagem pretendida, conduziu à elaboração de um instrumento de trabalho na forma de quadro cronológico de referências da área da preservação e do patrimônio que designamos por Cronologia Histórica. Considerada como ferramenta de trabalho, e não como fundamento teórico, a Cronologia – definida como a ciência que localiza eventos históricos no tempo, organizando-os em sequências temporais segundo diferentes suportes e configurações - foi revelando ao longo do trabalho todo um espectro de possibilidades, as mesmas que vêm sendo recuperadas recentemente pela historiografia, contribuindo para, no caso dessa tese wem particular, estabelecer relações entre tempo, memória e história, especialmente importantes quando o objeto de trabalho é a preservação e o patrimônio.

No início da pesquisa, tratava-se de uma tentativa de somar e articular referências bibliográficas, dados e informações sobre a idéia de preservação dos legados do passado, aqueles que receberam na França a denominação de "patrimônio". Além de instrumento para responder ao desafio de identificar tendências, debates e temas, e facilitar a localização, no tempo e no espaço, das diferentes ações patrimoniais ocorridas no Brasil, a Cronologia Histórica cresceu e acabou se impondo no processo de elaboração de hipóteses e interpretações, acabando por se constituir numa pesquisa a parte no âmbito da tese de doutoramento em tela, vindo a se constituir no próprio estado da questão .

¹ Cecília H G Rodrigues dos Santos, "Mapeando os lugares do esquecimento: idéias e práticas na origem da preservação do patrimônio no Brasil". Tese de doutoramento, orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Cerqueira Lemos., Universidade de São Paulo, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, nov 2007.

O processo de construção dessa Cronologia, mais do que organizar os fatos da história do patrimônio histórico, artístico e cultural no Brasil, revelou-se um instrumento de "desconstrução" dessa história tal como ela vem sendo apresentada - a história oficial da preservação no Brasil - e até da « crítica oficial à história oficial », que tem prevalecido a partir dos anos 1980. Na medida em que criava uma nova espacialidade para dados, fatos e informações, para personagens e idéias, incluindo elementos até então alienados dos enredos tradicionais, a Cronologia crescia em complexidade, passando a dialogar de maneira cada vez mais ativa com o trabalho, sugerindo novas relações e re-situando ações e idéias presentes na criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN e nos seus primeiros de consolidação. Ao localizar a origem e as diferentes fases de transformação e expansão da noção de patrimônio e sua prática no Brasil, esse quadro exaustivo colocou ainda em evidência a complexidade inerente às operações de contextualização e interpretação de fontes, características de qualquer trabalho de pesquisa.

O desenrolar do trabalho acabou também por colocar a necessidade de situar a criação do SPHAN no âmbito internacional, na tentativa de identificar referências e antecedentes, assim como parâmetros conceituais e legais para a sua criação e para o trabalho desenvolvido nas primeiras décadas de funcionamento. Momento em que a Cronologia Histórica foi expandida, no tempo e no espaço, se tornando um quadro de referências que localizasse as diferentes idéias de patrimônio que fossem se impondo e dialogando ao longo dos anos, apontando os fatores determinantes de cada momento - seja de mudança e ruptura, seja de continuidade - e as implicações dessas mudanças. Ao alcançar o propósito central do trabalho - identificar as referências externas e estabelecer a especificidade brasileira - a Cronologia Histórica cresceu mais uma vez em complexidade e em extensão, exigindo substancial ampliação da pesquisa originalmente proposta. Assim como cresceu seu compromisso com a problemática da tese de doutorado, criando novas relações e associações, acabando por se configurar como o próprio estado da questão ao qual, no início do trabalho, deveria apenas servir de apoio.

A abertura e ampliação do recorte temporal e espacial da Cronologia foi consequência dos estudos em curso e do resultado das pesquisas. Por exemplo, a formação dos Estados-nação e as discussões sobre o caráter da nacionalidade, inclusive no Brasil, constituem um dos pontos de partida para o entendimento da noção de patrimônio, levando-nos a considerar questões internacionais do âmbito da geopolítica, especialmente entre 1830 e 1880, anos de consolidação da idéia de patrimônio e dos primeiros ensaios críticos sobre restauro e preservação. Assim, a emergência da Itália e da Alemanha unificadas, a multiplicação de demandas pelo reconhecimento de povos nacionalmente fundados - como a Bélgica e a Grécia, entre outros -, assim como as mudanças geradas pelos dois conflitos mundiais, foram se impondo à observação.

Também no Brasil, a doutrina, a prática, a estrutura administrativa e o modelo legislativo do patrimônio tiveram importantes referências europeias. Da criação da “Commission des Monuments Historiques” na França, em 1837, até a promulgação no Brasil do Decreto-lei n. 25 de 1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, passaram-se exatos 100 anos de inventários de reconhecimento, de trabalhos de restauração e conservação de monumentos, de publicações e debates, que representam a consolidação de um conhecimento específico, a partir da articulação de saberes e experiências de diferentes ordens. Intelectuais como Rodrigo Melo Franco de Andrade e Mario de Andrade não poderiam ignorar a experiência europeia no momento de organizar o primeiro Serviço de Patrimônio da América do Sul, estabelecendo contatos e trocas; mas cabia investigar, no âmbito da tese, que referências eram essas, de onde e para onde os contatos se davam.

Evidentemente, foram consideradas as diferenças e especificidades da circulação e da troca de informações, levando em conta as dificuldades e retardamentos principalmente no momento de criação do SPHAN, às vésperas da eclosão da Segunda Guerra Mundial. Nos seus primeiros dez anos de funcionamento a inteligência patrimonial brasileira se viu isolada do principal centro de debates sobre preservação do patrimônio e do principal território de combate, a Europa, onde se destruíra em escala nunca antes vista; a preocupação principal era com a

preservação da vida, antes dos monumentos, apesar de estes também terem sido reféns e vítimas de invasores.

Nesse contexto, é importante ainda ressaltar o fato de ter havido um hiato na reflexão e na circulação de idéias sobre a preservação, a partir de 1945. Enquanto que no imediato pós-guerra, tratava-se de reconstruir e restaurar em escala também nunca vista, quando era preciso escolher o que lembrar e o que esquecer entre destroços e novos monumentos do dominador em retirada ou do novo poder constituído; as teorias de restauro e preservação assim como as cartas de compromisso, foram então atropeladas por questões novas, nem todas da ordem conceitual da preservação do patrimônio, mas que se impuseram, sem resistência, em várias situações, como a da reconstrução de Varsóvia.

Por outro lado, no Brasil, Mario de Andrade e Rodrigo Melo Franco de Andrade, intelectuais atuantes no Brasil dos anos 1930 e personagens que estão na origem da criação do SPHAN, também se preocupavam em definir e afirmar a nacionalidade brasileira através de suas criações e do seu trabalho, participando de ativamente da elaboração de projetos e planos, soluções criativas que não abriam mão da referência patrimonial de raiz européia ao se adequar à realidade local. Assim, ao alcançar outro propósito central do trabalho - identificar as referências externas e estabelecer a especificidade brasileira - a Cronologia Histórica passou a exigir substancial ampliação da pesquisa originalmente proposta. Também foi ampliado seu compromisso com a proposta do trabalho, criando novas relações e associações, e acabando por se configurar como o próprio estado da questão ao qual, no início, deveria apenas servir de apoio.

O próprio desenvolvimento da tese de doutoramento confirmou que a adoção do recorte cronológico como instrumento de trabalho, longe de significar a adoção de uma visão evolutiva da história, contribuiu para “des-naturalizar” as operações de periodização. Quando preterimos os nítidos recortes propostos pelas operações de recorte temporal da periodização a favor da Cronologia assumimos como postura crítica que a divisão da preservação do patrimônio em blocos correspondendo a fases, a períodos ou a escolas poderia nos conduzir a adotar padrões de referência já

consolidados que, inclusive, poderiam ser os mesmos padrões que nos interessava discutir. Ou ainda, essa decisão poderia antecipar novos padrões de referência que assim se adiantariam à análise em curso. O recorte temporal "ano a ano" organizado em seqüência cronológica, cada ano subdividido geograficamente por países (identificados pela sua configuração administrativa atual), também não pretendeu "colar" datas com idéias ou conceitos, mas, sobretudo, associar personagens, publicações e fatos, organizando as ações em função do tempo, esclarecendo melhor simultaneidades, deslocamentos, trocas. Essa operação veio ao encontro da noção de temporalidade que desejávamos sublinhar na tese de doutoramento, quando nos propusemos a distinguir o "tempo presente da reflexão" do "tempo de cada ação", tentando situar "quem pensa" e a partir "de onde pensa", para então tentar compreender "como pensa".

O marco temporal adotado para a Cronologia propôs como um de seus limites a metade do século XVIII, momento do aparecimento da idéia de preservação como intenção cultural e proposta metodológica de trabalho, assim como da constituição dos patrimônios nacionais na Europa Ocidental, particularmente na França, país que terá uma presença especial no quadro não só pelo papel preponderante desempenhado nessa história, como por ter sido o grande parâmetro para a organização do serviço e da doutrina patrimonial no Brasil. Os outros países que entraram na Cronologia sucedem a França em ordem alfabética: Áustria (pela importância dos estudos teóricos); Alemanha (eventualmente, mas de forma menos sistemática devida a sua unificação mais tardia); Itália e Grécia (tumultuadas por movimentos de unificação e independência, mas sempre berços da Antiguidade clássica e de reflexões sobre o passado); Grã-Bretanha (sede do movimento anti-restauração e do questionamento às posturas preservacionistas francesas); Bélgica (por sua menção expressa como referência para a organização do IPHAN); Portugal e Espanha (para verificação da permanência de ou não de diálogos e trocas); Argentina, Canadá, Estados Unidos da América - EUA, México, além de outros países americanos, que possibilitassem comparações, verificando a existência de trocas e entendimentos. O eixo que estruturou a tese como um todo - o Anteprojeto para a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional elaborado por Mario de Andrade em 1936 - introduziu cronologicamente o Brasil nesse quadro a partir de meados do século XIX.

No outro extremo , estabelecendo o segundo limite para o recorte temporal da Cronologia, está a década de 1960, considerando o marco internacional representado pela publicação da Carta de Veneza, 1964, e o marco nacional representado pela saída de Rodrigo Melo Franco de Andrade da direção do IPHAN, 1967, depois de 40 anos de trabalho.

Os parâmetros eleitos para nortear a construção da Cronologia Histórica , foram aqueles relevados pela própria conformação do campo de conhecimento relativo à preservação e ao restauro, assim como pelos pontos de questionamento que definiram as hipóteses de trabalho. Eles assinalaram a atuação de personagens, a criação de leis e instituições, a ocorrência de movimentos e fatos de relevância sócio-econômica ou cultural, as idéias e a maneira como circulavam, o enunciado de novas posturas teóricas para a restauração. No nível internacional, procuramos contemplar principalmente o aparecimento da noção de patrimônio e de preservação do patrimônio na Europa Ocidental: a formação de uma doutrina; a criação das instituições que oficializaram o estudo e a proteção legal desses patrimônios; as sociedades de eruditos, os eventos internacionais importantes para o recorte histórico temporal proposto, entre outros.

No Brasil, a partir da biografia de Mario de Andrade tentamos identificar e situar protagonistas que, através da ação e da produção intelectual, tenham contribuído para conformar este campo específico de debate, privilegiando os círculos de relações e circulação de idéias; os eventos relacionados à questão de “construção da nacionalidade brasileira”; a criação de leis e instituições voltadas à proteção e à preservação. Sempre esteve presente, a tentativa de aproximar o Brasil da Europa, e dos países já organizados ou em vias de organização em relação à preservação do patrimônio cultural, estabelecendo relações entre eles, referências, identificando temporalidades, ou seja, marcando a diferença, a criatividade e até o descompasso brasileiros.

A especificidade do eixo estrutural do trabalho - o conteúdo do Anteprojeto de Mario de Andrade para o SPHAN e a formação do campo de conhecimento do patrimônio e da preservação na Europa e no Brasil - colocou ainda

a necessidade de identificar e incluir no quadro ações em campos disciplinares que pudessem evidenciar relações importantes para historiar as origens e os primeiros anos de definição das diferentes dimensões da preservação como, por exemplo, as relações entre patrimônio e museus ; patrimônio e restauração ; patrimônio e legislação ; patrimônio e arqueologia ; patrimônio e história ; patrimônio e arquitetura ; patrimônio e história da arte . Optamos pelos vínculos associativos e de conhecimento, em detrimento dos adjetivos que têm prevalecido como motivação aos debates na área - patrimônio imaterial, patrimônio industrial, patrimônio cultural, entre outros - por não considerá-los *per si* explicativos da crescente complexidade do campo da preservação.

Da mesma forma, tornou-se imperativo incluir um aspecto normalmente marginalizado pelos estudos sobre preservação, principalmente nos estudos europeus, que são a etnografia e o folclore, deliberadamente associados nas reflexões do trabalho como quis Mario de Andrade na elaboração do Anteprojeto para o SPHAN e em grande parte da sua obra. Se, a partir dos anos 1980, em tempos de globalização, a etnografia passou a integrar as áreas de trabalho e investigação de praticamente todas as instituições que se ocupam da preservação, inclusive sendo considerada como a nova dimensão do patrimônio cultural e operada como meio afirmativo de identidade, a tese de doutorado em tela, inclusive através do instrumento Cronologia em questão, se propôs a indagar se de fato este interesse foi antecipado no Brasil, e que lugar ocupava na área patrimonial internacional na época em que Mario de Andrade escreveu o Ante-projeto para o SPHAN . Além de se contrapor a certa crítica exógena e de caráter predominante ideológico que vem marcando a maioria dos trabalhos que tem se proposto a estudar e discutir as origens e os primeiros anos da preservação do patrimônio no Brasil.

Finalmente, a Cronologia veio colaborar para reforçar a hipótese assumida na tese de doutoramento, de que patrimônio e preservação, solidários, construíram um campo de conhecimento específico, trazendo uma contribuição à definição do processo de conformação desse campo, bem como de seus mecanismos, de seus limites e de suas fronteiras. A extensão e complexidade do estado da

questão assim construído, fez da Cronologia Histórica um trabalho de pesquisa à parte que não estava previsto no plano de tese de doutoramento.

Referências Bibliográficas

- BREFFE, Ana Claudia Fonseca. *O Museu Paulista*. São Paulo, UNESP, 2003.
- BURKE, Peter. *Cultura popular na Idade Moderna*. São Paulo, Companhia das Letras, 1978.
- _____. *Gilberto Freyre e a Nova História*. In: Tempo Social, São Paulo, v.9, n.2, p. 1-12, out. 1997.
- CAINELLI, Marlene Rosa. “Os saberes docentes de futuros professores de história: a especificidade do conceito de tempo”. *Currículo sem Fronteiras*, v.8, n.2, pp.134-147, Jul/Dez 2008. Consultado em:
<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol8iss2articles/cainelli.pdf>
- CHOAY, Françoise. *L'Allégorie du patrimoine*. Paris, Seuil, 1992.
- _____. *Patrimoine en questions : Anthologie pour un combat*. Paris, Seuil, 2009.
- _____. “Patrimoine et mondialisation”. Texte de conférence, Université Cadi Ayad, Marrakech, 2004. Consultado em:
www.ambafrance-ma.org/cjb/Textes_en_ligne/CONF/CONF_CHOAY_Pat.pdf
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro, UFRJ/IPHAN, 1997.
- HALEVY, Jean-Pierre. “La crise du patrimoine em France et au Bresil - notes pour une conférence”, in-folio, 1996.
- JOKILEHTO, Jukka. *A History os Architecture Conservation*. Kent, Butterworth Heinemann, 1999.
- JORGE, Marcos. “Apontamentos sobre a técnica de periodizar”. *Práxis Educacional*, Vol. 2, No 2 , 2006. Consultado em:
<http://periodicos.uesb.br/index.php/praxis/article/view/377>
- LE GOFF, Jacques. *Histoire et mémoire*. Paris, Gallimard, 1981.
- _____. “Memória”. In: *Enciclopédia Einaudi*, Lisboa: Casa da Moeda, 1997.
- LOPEZ, Telê Ancona. *Eu sou trezentos, eu sou trezentos-e-cincoenta*. São Paulo, CCSP, 1992.
- _____. *A imagem de Mario*. Rio de Janeiro, Alumbramento, 1998.
- LOURENÇO, Maria Cecília França. “Referências Cronológicas / 1930 – 1960”. Material didático para o curso da CPG FAUUSP, “Memória Artística, 1997.
- MARTINS, Vicente. “Como entender os períodos literários”. Consultado em:
http://artigos.netsaber.com.br/resumo_artigo_27599/artigo_sobre_como_entender_os_per%8Dodos_liter%81rios
- MALLIER, Jef. “Patrimoine culturel et développement durable: em quoi sont-ils liés?”. In: *ICCROM CHRONIQUE*, no 24, Centre International d'Études por la Conservation et la Restauration des Biens Culturels, Roma, 1997.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. "Do teatro da memória ao laboratório da História: a exposição museológica e o conhecimento histórico". In: Anais do Museu Paulista, vol. 2, jan. / dez. 1994.

NORA, Pierre (org.). Les lieux de mémoire. Paris, Gallimard, 1997 (vol.1, vol.2, vol.3).

PALLARES-BURKE, Maria Lucia Garcia. *Gilberto Freyre - Um vitoriano dos trópicos*. São Paulo, UNESP, 2006.

PARENT, Michel. "O futuro do patrimônio arquitetônico". In: *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 19, Rio de Janeiro, MEC/SPHAN/Pró-Memória, 1984.

"Patrimônio Imaterial - dossiê final da comissão e do grupo de trabalho Patrimônio Imaterial". In folio, Brasília, IPHAN / MinC, 2000.

RICCEUR, Paul. *La mémoire, l'histoire, l'oubli*. Paris, Seuil, 2000.

SANTOS, Cecília Rodrigues dos. "A outra Missão de Mário de Andrade". *Jornal do IPHAN* n. 3, Brasília, IPHAN, 1995.

_____. Novas fronteiras e novos pactos para o patrimônio cultural. In: *Revista São Paulo em Perspectiva*, vol.15, 2, abr/jun 2001.

_____. "Saberes e Fazeres paulistas". Comunicação no Seminário Internacional Patrimônio Imaterial: estratégias e formas de proteção, IPHAN, Fortaleza, 1997.

_____. *Mapeando os lugares do esquecimento: idéias e práticas na origem da preservação do patrimônio no Brasil*. Tese de doutoramento. Universidade de São Paulo- Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, nov 2007

SANTOS, Mariza Veloso Motta. "Nasce a Academia SPHAN". In: *Revista do Patrimônio* n. 24. Rio de Janeiro, IPHAN, 1996.

SILVA, Maciel Henrique, SILVA, Kalina Vanderlei. *Dicionário de conceitos históricos*. São Paulo, Contexto, 2005.